



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

29 de agosto de 2017

Ata da Octogésima Sexta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e nove do mês de agosto, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Primeiro-Secretário e Nilton Franco, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Alan Barbiero, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Eli Borges, José Augusto, Júnior Evangelista, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valderéz Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Ricardo Ayres e Rocha Miranda. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Elenil da Penha, Jorge Frederico, José Bonifácio e Paulo



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Mourão. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 82/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 34/2017, que “dá nova redação ao inciso II do art. 2º da Lei número 1.173, de 2 de agosto de 2000, que autoriza a redução da base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nas operações que especifica”; Projeto de Lei número 65/2017, de autoria da Senhora Deputada Solange Duailibe, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Cidadania Ecovida, com sede em Axixá do Tocantins”; Projeto de Lei número 92/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “institui o Cadastro para Bloqueio do Recebimento de Ligações de *Telemarketing*, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 109/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei número 1.303 de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica”; Projeto de Lei número 126/2017, de autoria do Senhor Deputado Rocha Miranda, que



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

“dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de viaturas operacionais com blindagem para uso das Polícias Militar e Civil do Estado do Tocantins e dá outras providências”; Projeto de Lei número 132/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que institui o Código Tributário do Estado do Tocantins, para conceder isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA a pessoas em tratamento de câncer na Rede Pública de Saúde”; Projeto de Lei número 133/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor João Agripino da Costa Dória Júnior”; Projeto de Lei número 134/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que estabelece a obrigatoriedade de serem implantadas unidades do Colégio da Polícia Militar nos municípios do Estado do Tocantins que possuam Batalhões ou Companhias Independentes de Polícia Militar”; Projeto de Lei número 135/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a divulgação do nome completo do médico, número do registro profissional, especialidade, bem como o nome dos responsáveis administrativos e dos médicos responsáveis pela chefia de plantão, além dos dias e horários dos plantões médicos, nas entradas principais e de acesso ao público dos hospitais, unidades de saúde, prontos-socorros e ambulatórios e Unidades



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

de Pronto Atendimento (UPAs) localizados no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 136/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a inclusão do tipo sanguíneo na carteira de identidade emitida pelo órgão de identificação do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 137/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a não obrigatoriedade de entrega e/ou apresentação de cópia autenticada de documentos emitidos no País para acesso pessoal ao atendimento e prestação de serviços públicos aos cidadãos usuários”; Projeto de Lei número 138/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de postos de atendimento e emergência de saúde do Estado do Tocantins, por meio dos seus servidores, informar ao Juizado da Infância e da Juventude, Conselhos do Idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outras previstas em lei, atendimentos de crianças, adolescentes e idosos que apresentem indícios de maus-tratos e violência”; Projeto de Lei número 139/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a autorização da prestação de auxílio e amparo religioso em todas as entidades hospitalares da rede pública ou particular, bem como em qualquer estabelecimento em que se encontrem pessoas enfermas ou com restrição de liberdade no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

número 140/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “objetiva garantir às gestantes de alto risco internamento em hospitais da rede privada, com custeio pelo Estado, para o caso de constatada falta de leitos em hospitais da rede pública e de se tratar de deslocamento igual ou superior a 200 quilômetros”; Projeto de Lei número 144/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao atleta Roniedson Andrade de Oliveira”; Projeto de Lei número 146/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “institui no Estado do Tocantins a possibilidade de celebração de convênios com instituições operadoras de cartão de crédito para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA em até dez parcelas e dá outras providências”; e Projeto de Lei Complementar número 3/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “regulamenta o art. 78 da Constituição Estadual para estabelecer normas suplementares de finanças públicas”. Na Apresentação de Matérias, foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 148/2017, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse; 149/2017, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio; 150/2017, de autoria do Senhor Deputado José Augusto; 153/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; e os Requerimentos que receberam os números 1.800 a



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

1.827. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Projetos de Lei que receberam os números 148/2017, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse; 150/2017, de autoria do Senhor Deputado José Augusto; e os Requerimentos que receberam os números 1.800 e 1.801, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco; 1.802, de autoria do Senhor Deputado José Augusto; e 1.803, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Nilton Franco, Cleiton Cardoso, Osires Damaso, José Augusto, Eli Borges e a Senhora Deputada Valderez Castelo Branco. Na Ordem do Dia, foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 247/2016, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de aparelho desfibrilador externo automático em locais que designa e que tenham concentração/circulação média diária de 1.500 (mil e quinhentas) ou mais pessoas no Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 148/2016; e 346/2016, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos públicos e privados no Estado do Tocantins inserirem nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do autismo, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 356/2016; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

extração de autógrafo. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 1.726, 1.793, 1.713, 1.756, 1.727, 1.725, 1.738, 1.739, 1.740, 1.781, 1.783, 1.789, 1.790, 1.791, 1.792, 1.723, 1.729, 1.750, 1.468, 1.320, 1.357, 1.773, 1.305, 1.308, 1.623, 1.693, 1.702, 1.703, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92 a 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 121, 126, 118 a 120, 122 a 125, 127, 131, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146 a 151, 152, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 1.698, 1.329, 1.330, 1.336, 1.337, 1.338, 1.352, 1.353, 1.465, 1.311, 1.362, 1.312, 1.313, 1.314, 1.315, 1.408, 1.409, 1.557, 1.558, 1.559, 1.560, 1.561, 1.354, 1.355, 1.356 e 1.489, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e cinquenta e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário